

Ciro Nogueira diz que apoia PEC da Transição

Chefe da Casa Civil de Bolsonaro defende texto para auxílio de R\$ 600 e aumento real do mínimo, mas só no 1º ano

Matheus Teixeira

BRASÍLIA O ministro da Casa Civil e cacique do PP, **Ciro Nogueira** (PP-PI), afirmou neste domingo (13) que é a favor da aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, que visa garantir o pagamento do Auxílio Brasil (que voltará a se chamar Bolsa Família) de R\$ 600.

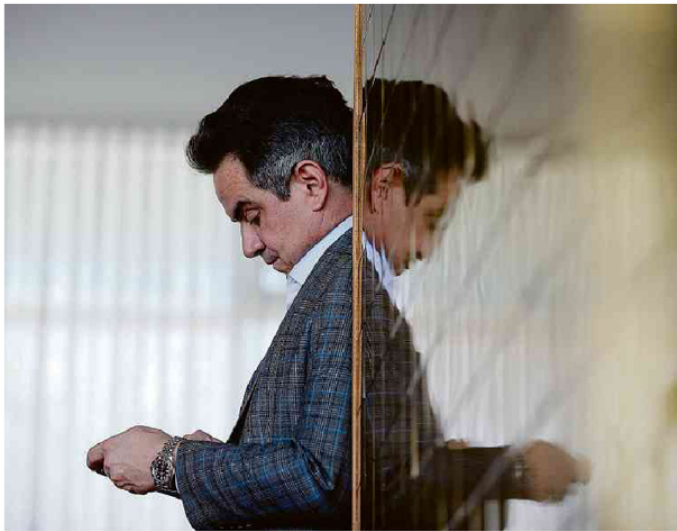
Nogueira, que é ministro do presidente **Jair Bolsonaro** (PL) e retomará o mandato de senador em 2023, também disse que é favorável a incluir o aumento real do salário mínimo na proposta.

Ele afirmou, no entanto, que o projeto tem que servir para retirar do teto de gastos apenas os custos desses benefícios sociais relativos ao primeiro ano do governo do presidente eleito **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT).

A intenção da equipe de transição de Lula, no entanto, é aprovar uma PEC que deixe os gastos com o Bolsa Família de fora do teto por ao menos quatro anos.

"O posicionamento que defenderei no Progressistas é o de aprovar uma PEC, sim, mas para a transição, para garantir estabilidade para o primeiro ano do governo", afirmou por nota Nogueira, um dos nomes mais influentes do PP.

E completou: "O Congresso atual, que sai, não pode cassar a prerrogativa do novo, que chega legitimado pelo povo nas urnas e ainda nem assumiu. Não pode chancelar decisões dos próximos quatro anos no apagar das luzes".



O ministro da Casa Civil de Bolsonaro, **Ciro Nogueira**, em seu gabinete, no Planalto. Pedro Ladeira - 19.out.2022/Folhapress

O ministro também descartou a possibilidade de outros custos serem incluídos na proposta que deve ser votada no Congresso ainda neste ano.

"A PEC da Transição, como o próprio nome diz, é para a transição. Deve garantir somente os pontos comuns das duas candidaturas [de Lula e de Bolsonaro]: R\$ 600 de auxílio e aumento real do salário

mínimo em 2023", afirmou.

O senador eleito **Wellington Dias** (PT-PI), representante da equipe de transição do governo Lula para o Orçamento, porém, afirmou na sexta (11) que a ideia é retirar do Bolsa Família do teto por ao menos quatro anos e que seria excluído do limite de gastos R\$ 175 bilhões, somente em 2023. "Você tem no Orçamento

uma previsão de R\$ 105 bilhões. Você tem a necessidade de R\$ 52 bilhões para colocar mais R\$ 200 acima dos R\$ 400 que estavam previstos, e precisa de mais R\$ 18 bilhões para garantir o [benefício de R\$ 150] das crianças. São R\$ 175 bilhões fora do teto", disse.

Na nota, **Ciro Nogueira** aproveitou para alfinetar o projeto

econômico do governo eleito. "Todos os parlamentares que compõem a base do atual governo e apoiam uma agenda econômica diametralmente oposta à que foi eleita e ainda é desconhecida nos detalhes têm o direito de se posicionar livremente". Nos bastidores, aliados de Lula comemoraram a mensagem, por considerar que



O posicionamento que defenderei no Progressistas é o de aprovar uma PEC, sim, mas para a transição, para garantir estabilidade para o primeiro ano do governo.

A PEC da Transição, como o próprio nome diz, é para a transição. Deve garantir somente os pontos comuns das duas candidaturas

Ciro Nogueira
Ministro da Casa Civil

o apoio facilita ainda mais as negociações. Também não viram surpresa na defesa de que o gasto fora do teto se limite a 2023, pois isso deixa brecha para negociação.

No entanto de Bolsonaro, porém, a nota do ministro dividiu emoções. A ala mais radical do bolsonarismo criticou nos bastidores a postura do chefe da Casa Civil. A avaliação é que seria difícil se opor ao projeto porque ele viabiliza uma proposta que também era de Bolsonaro nas eleições, o benefício na casa dos R\$ 600.

No entanto, foi vista como desnecessário apoiar publicamente a PEC e facilitar a articulação do governo eleito.

Por outro lado, para integrantes do centrão que fazem parte da gestão Bolsonaro, opor-se à manutenção do Bolsa Família em R\$ 600 seria impopular.

Além disso, **Ciro** costuma se alinhar ao presidente da Câmara, **Arthur Lira** (PP-AL). O sucesso na aprovação da PEC é um dos caminhos para **Lira** garantir a reeleição.

A PEC deve começar a tramitar pelo Senado, onde o rito de votação de uma alteração constitucional é mais simples. A tendência é que texto não vá direto ao plenário e passe primeiro pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Na Câmara, o texto seria apensado à PEC 24, que tem a deputada **Tabata Amaral** (PSB-SP) como relatora. Isso agilizaria a tramitação, já que o rito normal exigiria apreciação pela CCJ e pela comissão especial.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 13